

## I – Financiamento Externo

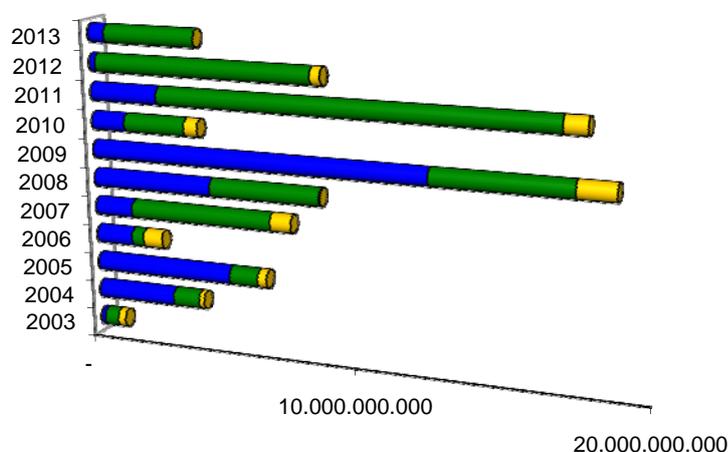
A SEAIN, como Secretaria Executiva da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), tem como uma de suas funções coordenar e apoiar tecnicamente a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, responsável por recomendar ou não à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão a preparação de projetos do setor público, em todos os níveis da federação, que possuam recursos externos reembolsáveis ou não reembolsáveis.

O processo de aprovação das propostas de projeto inicia-se com o recebimento de documento intitulado Carta Consulta, por meio do Sistema de Gerenciamento Integrado da SEAIN (SIGS), para sua posterior apresentação formal feita pelo proponente ao Grupo Técnico da Comissão (GTEC), cujos órgãos integrantes são os mesmos da COFIEIX.

Por recomendação do GTEC, os projetos que após sua apresentação estiverem tecnicamente satisfatórios poderão ser submetidos à consideração da COFIEIX. Por ocasião das reuniões da Comissão, os membros discutem, entre outros assuntos, a experiência do proponente mutuário com organismos internacionais, a capacidade de pagamento, o limite de endividamento, o arranjo institucional, além de poderem sugerir alterações e ressalvas para o aperfeiçoamento do projeto.

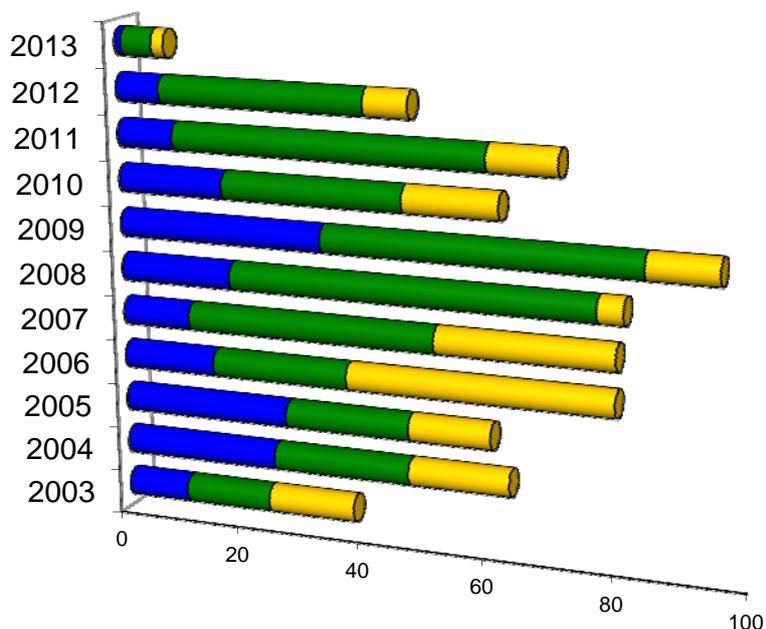
Os gráficos abaixo ilustram o crescimento expressivo do número de demandas por financiamentos externos tratadas pela SEAIN entre 2003 e 2013 (abril).

Em US\$ 1,0



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
■ Federal	158.770.000	2.937.734.1	5.152.469.0	1.375.530.5	1.423.285.0	4.458.954.0	12.351.447.	1.249.896.0	2.523.565.0	210.956.900	600.000.000
■ Estadual	511.538.000	1.004.551.0	1.061.875.6	450.455.000	5.279.089.3	4.062.330.1	4.917.272.3	2.296.373.8	14.268.087.	8.035.785.473	3.398.492.57
■ Municipal	285.120.000	194.674.000	334.374.000	728.227.200	768.882.600	40.367.100	1.326.941.9	507.283.000	811.718.000	363.940.000	1.072.000

## Número de Operações



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
■ Federal	10	25	27	15	11	18	33	17	9	7	1
■ Estadual	14	22	20	22	40	58	50	29	50	33	5
■ Municipal	14	16	13	42	28	4	11	15	11	7	2

O projeto uma vez aprovado pela COFIEIX e seu contrato negociado entre as partes, poderá sofrer algumas modificações contratuais. Essas modificações serão objetos de análise e deliberação do Grupo Técnico da COFIEIX, intitulado GTEC-Execução, que se reuni mensalmente com o propósito de rever solicitações de mutuários, tais como alterações do prazo de encerramento e cancelamento de valores.

Cabe ressaltar que, além das atividades de secretariado da COFIEIX, a SEAIN formula diretrizes, planeja e coordena ações para captação de recursos financeiros destinados a programas e projetos do setor público junto a organismos bilaterais e multilaterais e agências governamentais estrangeiras. Além disso, por meio de informações prestadas por mutuários, órgãos executores e organismos internacionais, acompanha a preparação e a execução de tais programas e projetos, com vistas a avaliar impactos e recomendar medidas que permitam o desempenho esperado da carteira de projetos.

No âmbito de suas competências, a SEAIN realiza missões técnicas para avaliar os riscos e os impactos das propostas de financiamento, além de também recomendar medidas que permitam o desempenho esperado dos projetos junto à COFIEIX e aos organismos financiadores. Destacam-se ainda as atividades de avaliação e de acompanhamento do processo de preparação, negociação e execução de projetos com recursos externos.

Atualmente, a Secretaria dispõe de uma carteira com aproximadamente 480 projetos, em suas mais variadas fases, cujo montante total é de cerca de US\$ 115 bilhões. Ao longo dos anos, em suas funções de Secretaria Executiva da COFIEIX, a SEAIN acumulou valiosa experiência na estruturação de programas e projetos financiados por Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs). Essa massa crítica posiciona a Secretaria numa posição de

interlocutora privilegiada em foros de discussão sobre a efetividade da ajuda ao desenvolvimento, além de considerá-la, no âmbito do Governo brasileiro, como parte relevante nessa discussão.